

## O livro-reportagem como experimentação para percorrer a história do Passeio Público de Fortaleza<sup>1</sup>

Ana Lúcia Rebouças COUTINHO<sup>2</sup>

Lívia Priscilla da Frota ARAÚJO<sup>3</sup>

Kamila Bossato FERNANDES<sup>4</sup>

Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, CE

### Resumo

Neste artigo, apresentamos a utilização de técnicas de apuração jornalística (pesquisa documental, bibliográfica e de campo) e da experimentação do formato livro-reportagem. Essas estratégias permitiram percorrer a história do Passeio Público, patrimônio histórico tombado do município de Fortaleza, relacionando o passado documentado à condição atual do logradouro. O Passeio Público se tornou referência da Belle Époque em Fortaleza. Na ocasião, em meio a um contexto de ordenamento social e remodelamento de praças, o espaço foi construído como local de lazer.

**Palavras-chave:** jornalismo literário; livro-reportagem; patrimônio histórico; Passeio Público

### Introdução

Os altos e baixos na história do Passeio Público chamaram a atenção das autoras para a relevância do local em relação à história da própria cidade de Fortaleza, principalmente por conta dos diferentes relacionamentos e olhares da sociedade sobre o espaço. Para isso, foi escolhido o livro-reportagem a fim de experimentar as possibilidades dele para contar a história do logradouro. Dessa forma, foi buscado identificar os detalhes da trajetória da praça, percebendo-se os usos atuais e antigos e refletindo sobre o papel do cidadão e de autoridades na preservação, manutenção e ocupação de espaços públicos.

Por isso, neste artigo, primeiramente foi feita uma reflexão sobre o formato, abordando conceitos de livro-reportagem e de jornalismo literário. Em seguida, a reflexão parte para a utilização do livro-reportagem como meio de percorrer a história de um logradouro, o que requer uma revisão bibliográfica que traga conceitos alinhados com esse objetivo, tais como: identidade, memória, documento e monumento.

---

<sup>1</sup> Trabalho apresentado na Divisão Temática Jornalismo, da Intercom Júnior – XI Jornada de Iniciação Científica em Comunicação, evento componente do XXXVIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação

<sup>2</sup> Estudante de Graduação 8º. semestre do Curso de Jornalismo da UFC, email: [analidiarb@gmail.com](mailto:analidiarb@gmail.com)

<sup>3</sup> Estudante de Graduação 8º. semestre do Curso de Jornalismo da UFC, email: [liviaprisilla@gmail.com](mailto:liviaprisilla@gmail.com)

<sup>4</sup> Orientadora do trabalho. Professora do Curso de Jornalismo da UFC, email: [kamila.fernandes@gmail.com](mailto:kamila.fernandes@gmail.com)

Por fim, é contextualizado o período de construção do Passeio Público. A partir de um recorte da Belle Époque em Fortaleza, o Passeio Público, primeira praça do município de Fortaleza e localizado no bairro Centro foi escolhido como objeto do livro-reportagem. O espaço, inaugurado em 1880 e tombado em 1965 pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), se configura ainda hoje como um importante e consolidado equipamento cultural da cidade de Fortaleza. O artigo descreve ainda o resultado da pesquisa consolidado em livro.

Essa pesquisa permitiu rever as principais mudanças físicas pelas quais o Passeio Público passou ao longo dos anos, verificando causas, impactos e as estratégias de diferentes gestões municipais no sentido de manter o local.

### **Livro-reportagem e Jornalismo Literário**

O livro-reportagem propicia liberdade na escrita em virtude do caráter experimental inerente ao formato. Além disso, ele proporciona uma oportunidade de exercitar conhecimentos teóricos e práticos adquiridos durante a formação acadêmica e profissional, através da prática do gênero jornalismo literário.

O livro-reportagem cumpre um relevante papel, preenchendo vazios deixados pelo jornal, pela revista, pelas emissoras de rádio, pelos noticiários da televisão, até mesmo pela internet quando utilizada jornalisticamente nos mesmos moldes das normas vigentes na prática impressa convencional. Mais do que isso, avança para o aprofundamento do conhecimento do nosso tempo, eliminando, parcialmente que seja, o aspecto efêmero da mensagem da atualidade praticada pelos canais cotidianos da informação jornalística (LIMA, 2009, p. 4).

Considerando que há lacunas a serem preenchidas em relação às narrativas noticiosas sobre o Passeio Público na imprensa cearense, escolhemos preencher um desses vazios, direcionando nosso olhar para um percurso histórico do local, para a compreensão dele como patrimônio cultural e para algumas das formas de ocupação do espaço.

“Na expectativa de encontrar a explicação que o jornal não deu” (LIMA, 2009, p. 39), procurou-se escrever o livro-reportagem *Passeio Público: história, patrimônio e ocupação* na perspectiva da grande reportagem com a proposta de aprofundar a narrativa sobre o local.

A modalidade escolhida foi a de livro-reportagem-história, cujo objeto de estudo é um tema do passado, mas com algum elemento que o conecta com o presente, a fim de se estabelecer um elo comum com o leitor atual.

Assim, o jornalismo voltado para o efêmero transcende-se no livro-reportagem, quando este leva em conta o tempo histórico para compreender o presente, resgatando do passado suas raízes mais importantes escondidas. Não se confunde com o trabalho da história, porque seu veio central é a contemporaneidade, mergulhando no passado apenas para compreender com maior elasticidade as causas dos conflitos presentes originados no tempo que já fluiu, em duração curta, breve ou longa. E tampouco se confunde com a história porque, ao contrário desta, pode o livro-reportagem escapar do passado, embora mergulhe nele, focalizar o presente, mas também avançar ao futuro, antecipando a continuidade do atual, mediante seus desdobramentos, no que virá a ser. Tudo para ampliar o foco de compreensão do contemporâneo. (LIMA, 2009, p. 44-45)

Assim, através do livro-reportagem, busca-se compreender o espaço de maneira contemporânea, pensando como a história do lugar influencia na condição dele de patrimônio histórico e na maneira de ocupação.

O livro-reportagem é representante do jornalismo literário, nascido do *New Journalism* e que aproxima a narrativa jornalística da literatura. Nessa proximidade entre o jornalismo e a literatura, há, muito mais a criação de algo novo do que uma simples mescla dos dois gêneros, conforme explica Felipe Pena.

(...) defino jornalismo literário como linguagem musical de transformação expressiva e informacional. Ao juntar os elementos presentes em dois gêneros diferentes, transforma-os permanentemente em seus domínios específicos, além de formar um terceiro gênero, que também segue pelo inevitável caminho da infinita metamorfose. Não se trata da dicotomia ficção ou verdade, mas sim de uma verossimilhança possível. Não se trata da oposição entre informar ou entreter, mas sim de uma atitude narrativa em que ambos estão misturados. Não se trata nem de jornalismo, nem de literatura, mas sim de melodia (PENA, 2007, p. 56)

Apesar da conceituação sugerida por Felipe Pena, vale ressaltar que o gênero ainda está em construção pelos pesquisadores de Jornalismo, não havendo uma definição fechada,

(...) não há consenso conceitual quanto ao Jornalismo Literário. O fato tem seu lado inquietante. Mas prefiro vê-lo pelo aspecto de que se trata de uma

área de conhecimento do Jornalismo em construção. Nesse sentido, a contribuição dos pesquisadores — de iniciação científica, trabalhos de conclusão de curso de graduação ou lato senso a dissertações e teses — é fundamental para definir o que os profissionais e a comunidade científica entendem por esse gênero em expansão. (MARTINEZ, 2009, p. 211).

A produção de um livro-reportagem não exige o autor de manter os métodos próprios da profissão de jornalista como: apuração rigorosa, observação atenta, abordagem ética e capacidade de se expressar claramente.

### **Revisão bibliográfica**

Para relacionar o passado com o presente através de um livro-reportagem, foram selecionados os conceitos de identidade, memória, documento e monumento.

Para o estudo de um patrimônio histórico e da relação deste com o momento presente, é necessário o entendimento acerca do conceito de memória e de identidade. É por meio do conhecimento do passado, ou seja, da história, que se compreende o presente. Dessa forma, a memória está fortemente relacionada à identidade. Martín-Barbero relaciona os conceitos de memória e identidade.

Não é a memória a que podemos recorrer, e sim aquela outra, de que somos feitos. E isto nada tem a ver com nostalgia, porque a “função” dessa memória na vida de uma coletividade não é falar do passado, e sim dar continuidade ao processo de construção permanente da identidade coletiva. (MARTÍN-BARBERO, 2009, p. 257-258)

Martín-Barbero não foi o único teórico dos Estudos Culturais a falar de identidade. García Canclini estudou a identidade cultural, principalmente do ponto de vista latino-americano e fala desse conceito no atual momento de globalização.

A identidade surge, na atual concepção das ciências sociais, não como uma essência inintemporal que se manifesta, mas como uma construção imaginária que se narra. A globalização diminui a importância dos acontecimentos fundadores e dos territórios que sustentam a ilusão de identidades a-históricas e ensimesmadas (GARCÍA CANCLINI, 2005, p. 117).

Outro teórico dos Estudos Culturais que fala da identidade é Stuart Hall. No contexto de pós-modernismo em que as identidades se desfragmentam e novas identidades surgem, para ele, a identidade está relacionada à história. “As identidades estão sujeitas ao

plano da história, da política, da representação e da diferença.” (HALL, 2006, p. 87). Ou seja, segundo Hall, a identidade é culturalmente formada e forma “quadros de referência e sentidos estáveis, contínuos e imutáveis por sob as divisões cambiantes e as vicissitudes de nossa história real.” (HALL, 1996, p. 68).

E este percurso histórico e busca por uma identidade são intermediados pela memória. A memória é essencial na busca da origem de um povo, gerando curiosidade e busca de conhecimentos mais aprofundados, contribuindo substancialmente na definição e rememoração de sua identidade.

Contudo, vale salientar que há uma diferença entre a memória e a história. Para Halbwachs, há diferenças entre a memória e a história. Segundo ele, enquanto a memória é múltipla, a história é apenas uma. Dessa forma, a memória trabalha com o vivido, com o que ainda é presente (HALBSWACHS, 1990).

Assim, enquanto, a história tem caráter objetivo, a memória tem caráter subjetivo. Ou seja, a história se relaciona a fatos vividos por um indivíduo ou grupo, enquanto a memória se relaciona às sensações e aos sentimentos vividos, daí o caráter subjetivo. Por isso que membros de um mesmo grupo que viveram os mesmos fatos podem ter lembranças diferentes das sensações experimentadas.

Já para Bloch (*apud* Casadei, 2010), uma parte dos fenômenos considerados memória coletiva são, na verdade, fatos da comunicação entre os indivíduos. Dessa forma, para que um grupo humano se lembre não basta apenas a conservação no espírito das representações relacionadas ao passado pelos componentes do grupo, mas também, que os mais velhos se preocupem com a transmissão dessas representações aos mais jovens. Quando Bloch relaciona a comunicação à memória, ele diz que a última também está sujeita a erros de transmissão, mal entendidos ou distorções, exatamente como ocorre com a primeira.

Ainda para Bloch (*apud* Casadei, 2010), a relação entre o presente e o passado é sutil, pois não é possível distinguir o atual do que não é atual por uma média matemática de um intervalo de tempo. O passado está constituído de um conjunto de representações tão passíveis de mudanças quanto o presente. Ou seja, a incompreensão do presente é resultado do desconhecimento do passado, e não basta esgotar a compreensão do passado sem nada saber a respeito do presente.

Esta memória coletiva ou social manifesta a história e as lembranças de uma determinada sociedade. É por isto que a memória é o principal instrumento na busca da

identidade dos povos. Le Goff afirmou que a memória é elemento essencial da chamada identidade individual ou coletiva, cuja procura é uma das tarefas essenciais das pessoas e sociedades contemporâneas. A memória é uma tentativa de imortalização do passado, a fim de que sejam estabelecidos vínculos com o que já foi vivido (LE GOFF, 1990).

Le Goff fala ainda que o que sobrevive não é o conjunto do que existiu no passado, mas a escolha feita pelas forças que operam na cronologia do mundo e pelos historiadores, aqueles que se dedicam à ciência do passado. Assim, esses materiais da memória podem se apresentar seja como monumento, herança do passado, seja como documento, escolha do historiador (LE GOFF, p.535, 1996).

Para Peter Burke (2000), a memória pode ser fonte histórica, por meio da qual o historiador analisa a credibilidade do que é lembrado, ou pode ser fenômeno histórico, através do ato de lembrar-se. “Lembram muito os que não viveram diretamente. Um artigo de noticiário, por exemplo, às vezes se torna parte da vida de uma pessoa. Daí, pode-se descrever a memória como uma reconstrução do passado”. (BURKE, 2000, p.70).

Le Goff diz ainda que a memória coletiva é o resultado de uma construção imortalizada através do monumento e do documento. O monumento é um material historiográfico de valor contestável, caracterizado pelo “poder de perpetuação, voluntária ou involuntária, das sociedades históricas” (LE GOFF, 1996). O Passeio Público é, assim, um exemplo de monumento histórico.

O documento, por sua vez, é um testemunho escrito que possui mais legitimidade, pois é considerado neutro. Para Le Goff, o documento é o fundamento de um fato histórico, que se apresenta como uma prova, e todo documento é um monumento, pois o documento é elaborado intencionalmente. Dessa forma, o tombamento do Passeio Público pelo Iphan pode ser exemplificado como um documento.

Michel Foucault também relaciona a memória, a história e os conceitos de monumento e documento. O autor explica que a história tradicional memoriza os monumentos do passado ao transformá-los em documentos. Os rastros de monumentos raramente são verbais:

(...) a história é o que transforma os documentos em monumentos e que desdobra, onde se decifravam rastros deixados pelos homens, onde se tentava reconhecer em profundidade o que tinham sido, uma massa de elementos que devem ser isolados, agrupados, tornados pertinentes, inter-relacionados, organizados em conjuntos. (FOUCAULT, 1986)

## **Contextualização**

Para uma compreensão completa tanto sobre a concepção do Passeio Público como para uma melhor ambientação no espaço, foi preciso conhecer mais sobre a Belle Époque, período que inspirou a construção deste trabalho e influenciou Fortaleza, originando elementos físicos e sociais que ainda estão presentes na cidade; como a planta urbanística em xadrez, a preocupação com o saneamento básico e o controle social e a reprodução de modos de vida estrangeiros. Dentre essas mudanças, surgiu o Passeio Público, que se consagrou como um importante patrimônio histórico da capital do Ceará.

A *Belle Époque* foi o período entre o final do século XIX até a Primeira Guerra Mundial, quando a Europa experimentou diversas transformações sociais e culturais, trazidas principalmente pela Segunda Revolução Industrial. Na época, foi instaurado um processo de modernização, afetando o modo de vida das pessoas, o comportamento, a sensibilidade e a subjetividade.

Invenções como o telégrafo, o telefone, o cinema e os bondes modificaram as cidades, deixando-as mais equipadas e conferindo-lhes uma grande euforia, sobretudo entre a elite burguesa, a mais interessada nessas novidades. Além disso, houve uma grande valorização da moda e de movimentos intelectuais, científicos e artísticos. Os hábitos da elite burguesa, que aconteciam em cafés, teatros, praças e *boulevards*, eram conhecidos como a cultura do divertimento. A moda era estar de acordo com o estilo de vida de Paris, cidade mais influente do período. (PONTE, 2010).

Os efeitos da *Belle Époque* se disseminaram para países em desenvolvimento, como o Brasil. A cidade de Fortaleza também foi influenciada pelos belos tempos, crescendo consideravelmente após o século XIX. Em 1890, a população de Fortaleza era de 40.902 habitantes, segundo censo do IBGE. Em 1940, já eram mais de 180 mil habitantes. Em 1950, eram 270 mil e, em 1960, 518 mil habitantes. Em 2010, de acordo com o IBGE, a população de Fortaleza já passava de 2 milhões. Com o crescimento populacional de Fortaleza, há também o crescimento territorial, iniciando processos de verticalização da cidade e de deslocamento residencial do Centro para outros bairros mais afastados, atendendo a demanda de desenvolvimento da época.

A elite burguesa ditava condutas e era impulsionada pelas novidades tecnológicas trazidas pela Segunda Revolução Industrial. Por meio dessas estruturas, essas famílias ricas passaram a ser vistas e o estilo de vida delas predominou na sociedade, ditando comportamentos que segregaram classes sociais. Assim, essa época ficou marcada em



Fortaleza por conta do predomínio de princípios de civilização e modernidade que regravam o comportamento social.

A disciplinarização do espaço urbano da Capital cearense a partir do final do século XIX acha-se estreitamente relacionada com um leque de medidas e técnicas voltadas para o reajustamento social das camadas populares, sobretudo por meio do controle da saúde, dos corpos, gestos e comportamentos. Tratava-se, lato sensu, de um processo disciplinador que pretendia instaurar uma nova ordem capitalista, republicana e racional que, daquele período até o fim da Primeira República, assinalou as principais cidades brasileiras. (PONTE, 2010, p.29)

Disciplinar a cidade enquanto ela crescia foi apenas o começo das transformações. Em 1875, foi contratado o engenheiro Adolfo Hebbster, que tratou de ampliar Fortaleza de forma harmoniosa e simétrica através da "Planta da Cidade de Fortaleza Capital da província do Ceará", também conhecida como plano urbanístico em xadrez. Hebbster criou, nesse plano, as avenidas Duque de Caxias, Dom Manuel e Imperador, antes chamadas de *boulevards*, vias urbanas que funcionam até hoje. Além disso, o plano xadrez se ampliou e hoje se estende por boa parte da cidade de Fortaleza. (PONTE, 2010).

O plano urbano foi atingido pelos novos maquinários, e outras reformas procuraram deixar a cidade mais reservada quanto a problemas de epidemias de saúde e de “ameaças populares”. Fortaleza, a par das novidades da bela época europeia, recebeu investimentos em infraestrutura. Foram construídos espaços onde as elites pudessem realmente vivenciar a *Belle Époque*, momento de entusiasmo e de fé na ciência. Por isso foi construído também o Passeio Público, símbolo máximo de lazer da época, que além de praça, funcionava como jardim.

Desde a antiguidade, àqueles que quisessem desfrutar de convívio tranquilo em ambientes urbanos tumultuados, que desejassem entregar-se à contemplação, impunha-se-lhes a busca de espaços confinados, de uso restrito. Deveriam, procurar os jardins. Num entendimento amplo, os jardins podem ser referidos como inconfundível modalidade de ocupação física dos espaços urbanos ou não urbanos. (CASTRO, 2009, p. 45)

A ordem para o início da construção do Passeio Público em Fortaleza foi dada em 1850 pelo presidente da província, Fausto Aguiar. No entanto, a obra demorou mais de uma década para ser concluída (CASTRO, 2009). O espaço é uma das referências da Belle Époque em Fortaleza, principalmente em virtude do aspecto europeizado e embelezado, característico do período. Apesar de ser público, foi construído com três paços, que



dividiam os frequentadores de acordo com a classe social. Ao longo dos anos, restou apenas o primeiro paço. O segundo plano foi cedido para o Exército e o terceiro, na época, para a instalação da usina de eletricidade *Ceará Light and Power Co* (CASTRO, 2009).

O Passeio Público foi tombado pelo Instituto do Patrimônio Histórico, Artístico e Nacional (Iphan) no dia 13 de abril de 1965. Assim, a praça, enquanto monumento tombado, é um patrimônio histórico. O artigo 1º da legislação que organiza a proteção do patrimônio, define o conceito de patrimônio histórico.

Constitue (sic) o patrimônio histórico e artístico nacional o conjunto dos bens móveis e imóveis existentes no país e cuja conservação seja de interesse (sic) público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico. (BRASIL, 1937).

A praça é tombada também pela esfera municipal desde 2006. O ambiente ainda passou por obras de restauração em 1987 e de conservação em 2007, ambas executadas pela Prefeitura de Fortaleza, com parecer do Iphan. Atualmente, o local é palco de projetos semanais como o Passeio Instrumental, realizado pelo restaurante Café Passeio, com apresentações ao vivo de música aos sábados e domingos, das 12h30 às 15h30.

### **O livro-reportagem**

Para a escrita do livro foram empregados métodos de coleta de dados, tais como: pesquisa bibliográfica, documental e de campo. A pesquisa bibliográfica nos serviu de subsídio para o referencial teórico norteador da pesquisa.

Também foi realizada uma pesquisa documental, utilizando o acervo do Iphan (tombamento, ofícios, documentos, cartas, fotografias, desenhos de plantas arquitetônicas etc), matérias de jornais locais sobre o Passeio e acervos fotográficos. Outros documentos consultados foram legislações referentes à proteção do patrimônio cultural, bem como publicação no Diário Oficial do Município (de Fortaleza) que mencionasse o Passeio Público.

Por fim, na pesquisa de campo, foi feito um trabalho de observação, diário de campo, partilha de opiniões, registro fotográfico e conversas informais sobre o local, com a finalidade de imersão no tema e o desenvolvimento de observações pessoais e constatação de fatos. As visitas foram feitas durante o primeiro semestre de 2015, pela manhã e à tarde, em dias variados da semana. As idas ao Passeio Público foram essenciais para que as autoras pudessem lançar um olhar mais cuidadoso, detalhista e afetivo sobre o espaço,

captando informações características da percepção jornalística. Além disso, foram feitas vinte e uma entrevistas para a construção do livro.

Alguns questionamentos feitos ao longo do processo foram: Qual era a história daquele lugar? Quem são as pessoas que por ali passam? Por que elas vêm até o Passeio? Qual o significado dos elementos que compõem o Passeio, como o baobá e os bustos? Qual é o papel do restaurante? Qual era a visão do fortalezense sobre o Passeio? O que o espaço representa atualmente? Essas foram apenas algumas das questões que surgiram durante a pesquisa, e estar presente, vivendo e observando o local era mais um método para tentar solucioná-las.

O livro-reportagem foi dividido em 12 capítulos que fazem um percurso histórico pelos momentos distintos e mais importantes vividos pelo Passeio Público. O primeiro capítulo trata do espaço anterior à construção da praça; o segundo contextualiza a Belle Époque, período em que a praça foi construída; o terceiro conta como ocorreu a construção da praça e os usos dos frequentadores, originando o quarto capítulo, que descreve a mudança de hábitos do fortalezense que causou o abandono do Passeio.

Após esse percurso histórico feito nos capítulos iniciais, no quinto capítulo são falados os motivos e como se deu o processo de tombamento do Passeio Público, na década de 1960. No sexto, há uma retomada das grandes obras de restauração, em 1987, e de conservação, em 2007, além da discussão sobre a eficácia dessas intervenções. No sétimo capítulo, há espaço para mostrar de que maneira se deu a ocupação do espaço após as reformas e quais foram as estratégias da gestão municipal para atrair novos frequentadores, não só para o Passeio Público como para os demais espaços do Centro de Fortaleza. No oitavo, destacamos as formas de ocupação da praça, planejadas ou espontâneas, que estimulam o uso do ambiente.

No décimo capítulo foi contextualizado o Centro de Fortaleza e as propostas para melhor ocupação do bairro. No capítulo seguinte foram reunidas sugestões de especialistas sobre o que pode ser feito para melhorar tanto a estrutura física do Passeio Público como as políticas de ocupação do local, além de refletir qual é o papel da praça para a estrutura urbana da Fortaleza do século XXI; e, finalmente, no décimo segundo, foi preciso verificar a condição atual do espaço e descrevê-la, como forma de não só verificar quais são ainda os problemas presentes no Passeio, mas também de saber quais estão sendo os esforços das autoridades em relação aos cuidados com o logradouro.

O livro traz ainda cinco histórias de personagens, dentre o variado público que frequenta a praça, mostrando os olhares deles sobre o Passeio Público. Definido como “Cenas do Passeio”, os textos se distribuem entre os capítulos.

O livro-reportagem foi escrito em terceira pessoa, em formato de grande reportagem. A narrativa alterna as funções referencial e expressiva. A primeira prevalece ao longo do livro e a segunda aparece em momentos do livro em que as autoras expressam opiniões ou sentimentos. Há ainda traços de função poética mesclados com função referencial no trecho “Cenas do Passeio” que traz olhares de visitantes.

Ao longo do livro, foi feita uma reconstituição dos fatos, em relação à construção do Passeio e ao tombamento, por exemplo. Também foi feita uma reconstituição de ambientes e épocas, contextualizando a Belle Époque, época em que o Passeio Público foi construído, de maneira a ilustrar o momento histórico. Essas são algumas das características de livro-reportagem propostas por Belo, 2006.

### **Considerações Finais**

A partir de registros documentais, arquivados no Instituto do Patrimônio Histórico Artístico e Cultural (Iphan), em periódicos e em outras publicações, pudemos demonstrar no livro como era a estrutura física do Passeio Público durante a sua trajetória e as várias formas de utilização do espaço, relacionando o passado documentado à atual situação do logradouro.

Também foi cumprido o objetivo de esclarecer sobre os fatores que envolvem a existência de um patrimônio histórico tombado, como a legislação e a manutenção, além da tentativa de compreender melhor qual seria o papel do poder público e da população em relação à responsabilidade sobre o patrimônio.

Finalmente, outro fator examinado no livro foi a situação atual do Passeio Público, compreendendo como se deu o processo de tombamento, de manutenção, reformas, licitações, além de tentar mostrar as formas de ocupação, apropriação e ressignificação do espaço por diversos segmentos sociais.

Podemos dizer ainda que conseguimos apurar se e de que maneira o Passeio Público, mesmo depois de reformas e requalificações, ainda é um lugar que contribui para a segregação e o controle social dentro de Fortaleza.

O ambiente acadêmico, por ser um local de experimentação, propõe colocar em prática os conhecimentos adquiridos ao longo da graduação. É gratificante ter a oportunidade de experimentar as possibilidades do jornalismo em um livro-reportagem, vislumbrando o potencial de um espaço tão importante como o Passeio Público de Fortaleza como trabalho de conclusão de curso.

Sabemos que nosso livro-reportagem não tem todas as respostas. Ele é mais um convite à reflexão e à discussão sobre o que o Passeio Público representa para a cidade de Fortaleza. O livro não tem a pretensão de esgotar o assunto, mas sim de trazer um olhar diferenciado sobre a praça e seus frequentadores. Dois olhares combinados não dizem tudo, ainda mais de um lugar cuja história continua através de muitas belas épocas, ainda.

## Referências

BELO, Eduardo. **Livro-reportagem**. São Paulo: Contexto, 2006.

BRASIL. **Decreto-lei nº 25, de 30 de novembro de 1937**. Organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional.

BURKE, Peter. **História como memória social**. In: Variedades de história cultural. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 2000, p. 67-89.

CASADEI, Eliza Bachega. **Maurice Halbwachs e Marc Bloch em torno do conceito de memória coletiva**. Revista Espaço Acadêmico, n. 108, maio/2010.

CASTRO, José Liberal de. **Passeio Público: espaços, estatuária e lazer**. Revista do Instituto do Ceará, t. 123/2009.

FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1986.

GARCÍA CANCLINI, Néstor. **Consumidores e cidadãos: conflitos multiculturais da globalização**. 4. ed. Rio de Janeiro: UFRJ, 2005

HALBSWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Vértice, 1990.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 11. ed. Rio de Janeiro: Editora DP&A, 2006.

HALL, Stuart. **Identidade cultural e diáspora**. In: Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Rio de Janeiro: IPHAN, 1996, p. 68-75.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. 4. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 1996.

LIMA, Edvaldo Pereira. **Páginas ampliadas: o livro-reportagem como extensão do jornalismo e da literatura**. 4. ed. Barueri, SP: Manole, 2009

MARTÍN-BARBERO, Jesús. **Dos meios às mediações: comunicação, cultura e hegemonia**. Tradução de Ronald Polito e Sérgio Alcides. 6. ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2009.

MARTINEZ, Mônica. **Jornalismo literário**: um gênero em expansão. Intercom - Revista Brasileira de Ciências da Comunicação. São Paulo, v. 32, n. 2, p. 119-215, jul/dez. 2009.

PENA, Felipe. **O jornalismo literário como gênero e conceito**. Revista Contracampo - Programa de Pós-Graduação em Comunicação - UFF. Rio de Janeiro, n. 17, p. 43-58, 2007.

PONTE, Sebastião Rogério. **Fortaleza Belle Époque**: reforma urbana e controle social. 4. ed. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2010.